
**NORMA CULTA OU CURTA? REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO ENSINO DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

**STANDARD NORM OR NOT? THEORETICAL REFLECTIONS ABOUT THE
PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING**

Thiago Benitez de Melo *

Maria Elena Pires Santos **

Resumo: É comum observar que língua, norma e gramática são tratadas, geralmente, como sinônimos, conceitos chaves e primordiais para o “falar e escrever bem” no contexto escolar. Há-se a crença de que a Língua Nacional está passando por uma crise e precisa ser salva o mais rápido possível. A língua é tomada, assim, como um objeto, uma meta, um ideal a ser alcançado. A partir dessa premissa, buscamos averiguar as concepções de ensino de língua portuguesa subjacentes aos conceitos de gramática e norma que o professor de português apreende como incontestáveis, irrefragáveis ao ensino. O *corpus* de análise para essa reflexão teórica reuniu dados gerados por meio de entrevistas estruturadas, gravadas em áudio (e depois transcritas), realizadas com três professores de língua portuguesa (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Magistério) da rede pública de ensino da cidade de Foz do Iguaçu – PR. A pesquisa em questão é de cunho qualitativo/interpretativista e orientou-se no aparato teórico da Linguística Aplicada e da Sociolinguística. Apoiamo-nos em Tragaglia (1998) e Possenti (2005) para apresentar os conceitos de gramáticas e em Faraco (2008) para o suporte teórico dos conceitos de normas. A partir da análise, foi possível averiguar como a gramática normativa vem sendo trabalhada em sala de aula e qual é a (o)posição dos professores frente a fenômenos linguisticamente complexos, isto é, determinadas manifestações linguísticas que têm causado polêmica na atualidade como estrangeirismos (FARACO, 2001; PERINI, 2004), gerundismos (SCHIMITZ, 2006) e linguagem da internet (CRYSTAL, 2005).

Palavras-chave: Língua Portuguesa; gramáticas; normas.

Abstract: It is a commonplace to observe that language standard and grammar are treated generally as synonyms, as key concepts to "speak and write well" in the school context. There is the belief that the National Language is going through a crisis and needs to be saved as soon as possible. The language is taken, as well as an object, a goal, an ideal to be achieved. From this premise, we examine the conceptions of teaching Portuguese language that the school takes as its paradigm and the concepts of grammar and rule that the Portuguese teacher perceives as indisputable, irrefutable teaching. The *corpus* of analysis for the theoretical data generated were gathered through structured interviews, audio taped (and transcribed),

* Mestrando em Linguagem e Sociedade, na área de concentração “Práticas linguísticas, culturais e de ensino”, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus Cascavel). E-mail: thiago_benitez@hotmail.com

** Doutora e pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP, professora do Curso de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Letras e do Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

performed with three Portuguese teachers from the public schools of the city of Foz do Iguaçu. The research in question is a qualitative/interpretive and guided in the theoretical apparatus of Applied Linguistics and Sociolinguistics. We rely on Tragaglia (1998) and Possenti (2005) to introduce the concepts of grammars and Faraco (2008) to support the theoretical concepts of standards. From the analysis it was possible to ascertain how the grammar rules have been taught in the classroom and what it is the position of teachers against the linguistically complex phenomena, that is, certain linguistic expressions that have caused controversy in the news as loanwords (FARACO, 2001; PERINI, 2004) and language and the Internet (Crystal, 2005).

Keywords: Portuguese language; grammar; standards.

Introdução

Para os leigos da linguagem, nada é mais comum do que considerar língua, norma e gramática como sinônimos, ou “teorias”, as quais os professores têm o *dever* de ensinar e os alunos a *obrigação* de aprender. A língua é tomada, assim, como um objeto, uma meta, um ideal a ser alcançado, o que é incoerente, já que, na verdade, não se ensina língua portuguesa na escola, porque não se pode ensinar o que já se sabe; ensina-se, sim, gramática normativa de língua portuguesa. Mas há uma questão ainda mais relevante neste caso: será que são apenas os “leigos da linguagem” que compartilham dessa visão simplificada de língua(gem) e ensino?

Comumente nos deparamos com professores de língua portuguesa indignados e perplexos com os “*erros absurdos de português*” de seus alunos, com “*desvios gramaticais que doem no ouvido*”. Muitos deles (senão a maioria) acreditam e propagam o mito linguístico de que é preciso saber gramática para falar e escrever bem (BAGNO, 2003). De acordo com Bagno (2003), as gramáticas foram escritas, em um primeiro momento, para descrever e fixar como “regras” e “padrões” as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a serem imitados. Em outras palavras, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela, não vive por si só.

Por outro lado, observamos professores de português e autores do campo da Linguística Aplicada que se dizem “modernos”, “atualizados”, que condenam a gramática escolar, mas não conseguem se livrar de suas amarras e não apresentam alternativas viáveis ao estudo da língua materna sem jugo da gramática (ROCHA, 2007). Esquecem-se de que “a língua é um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes: ela se manifesta no seu funcionamento e é sensível ao contexto. Não é

um sistema monolítico e transparente, para ‘fotografar’ a realidade” (MARCUSCHI, 2008, p. 240).

A partir dessa premissa, propusemos investigar as práticas e atitudes dos professores de língua portuguesa frente a fenômenos linguisticamente complexos. Um questionário com quatro perguntas (as quais apresentaremos no decorrer do texto) foi aplicado a três professores de português (um de Ensino Fundamental, um de Ensino Médio e um professor de Magistério). A partir de suas respostas, que foram gravadas em áudio e logo em seguida transcritas, conseguimos elaborar algumas reflexões acerca do ensino de português.

Este texto está dividido em três seções. Na primeira seção trazemos alguns conceitos de gramáticas para desmitificarmos sua noção unívoca. Na segunda, apresentamos algumas concepções de normas, para, do mesmo modo que a noção de gramática, refutarmos a errônea ideia de “Única Norma de Língua Portuguesa”. Na terceira seção, apresentamos uma entrevista com três professores de língua portuguesa da rede de ensino público da cidade de Foz do Iguaçu - PR. Finalizamos, trazendo algumas considerações complementares.

1 Conceitos de Gramáticas

Primeiramente é importante tomarmos conhecimento de que a primeira gramática foi criada no século IV a. C., com o propósito de conservar a pronúncia e a escrita dos textos sagrados hindus, para que não houvesse nenhuma alteração nesses textos (LEROY, 1971, p. 29).

Com o passar dos séculos, este conceito foi se modificando, não perdendo, é claro, o propósito de conservar as estruturas linguísticas de uma língua. Entretanto, o senso comum apóia-se na premissa de que a palavra gramática significa “conjunto de regras” (POSSENTI, 2005, p. 63). Tal definição não é muito precisa, já que o conceito de gramática não é unívoco, mas também não se torna equivocada. Conforme Possenti (2005), a expressão “conjunto de regras” pode ser entendida de três maneiras: a) Conjunto de regras que devem ser seguidas, que corresponde às Gramáticas Normativas; b) Conjunto de regras que são seguidas, características das Gramáticas Descritivas; c) Conjunto de regras que o falante da língua domina, subjacente às Gramáticas Internalizadas.

As **Gramáticas Normativas** são também chamadas de “Gramáticas Prescritivas”, pois prescrevem a maneira como o falante deve falar. Possenti (2005) afirma que elas apresentam um conjunto de regras (relativamente explícitas e relativamente coerentes) que poderão causar

como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral). Esse tipo de gramática prescreve, por exemplo, que o verbo deve concordar com o sujeito, por um lado, e, por outro, que existe uma forma única para cada tempo, modo e pessoa do verbo: “a forma de ‘pôr’ que concorda com ‘eles’ no pretérito perfeito do indicativo é ‘puseram’, e não *pusero* (...)” (POSSENTI, 2005, p. 65). A língua escrita é o enfoque prioritário da Gramática Normativa, que propõe o estudo somente dos fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que acabou por se tornar oficial (TRAVAGLIA, 1998).

Contudo, como bem lembra Scherre (2008), o que acontece é que a escola ensina gramática normativa afirmando que está ensinando língua materna. Deve-se ressaltar que:

(...) conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra (POSSENTI, 2005, p. 54).

Já as **Gramáticas Descritivas** são aquelas que orientam o trabalho dos linguistas. Sua preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas (POSSENTI, 2005, p. 65). Possenti (2005) classifica as regras que são de fato utilizadas pelos falantes como importantes neste modelo de gramática – por isso a expressão “regras que ‘são’ seguidas” (p. 65).

Ao contrário das gramáticas normativas, que prescrevem regras que poucos falantes ainda seguem, as gramáticas descritivas constataam as maneiras possíveis de se dizer algo: “Numa perspectiva descritiva, constata-se, por exemplo, que, no português de hoje, existem pelo menos três maneiras de dizer ‘eles puseram’: eles puseram, eles pusero e eles pôs” (POSSENTI, 2005, p. 68). Neste contraste, Possenti (2005) assevera que o gramático descritivista não tem a preocupação em apontar erros, mas pode ir além da constatação de que essas formas verdadeiramente existem, verificando, por exemplo, que elas são utilizadas por pessoas de distintos grupos sociais ou pelas mesmas pessoas em situações diferentes (p. 68). Além disso, o mesmo gramático pode constatar que “há uma resistência ou prevenção em relação a ‘eles pusero’ e ‘eles pôs’ porque não são formas utilizadas pelas pessoas cultas; percebe-se assim, (...), que o critério de correção não é linguístico, mas social” (POSSENTI, 2005, p. 69).

Enquanto a Gramática Normativa considera “erro” tudo o que foge à norma padrão e possui critérios para aspectos estéticos da língua, a Gramática Descritiva entende que

“gramatical” compreende tudo o que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística (TRAVAGLIA, 1998, p. 27).

Nesta premissa, saber gramática significa ser capaz de diferenciar, nas abrangências de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade (TRAVAGLIA, 1998).

Ainda segundo a proposta de Possenti (2005), as **Gramáticas Internalizadas** referem-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou sequências de palavras de maneira tal que essas frases e sequências sejam compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua (POSSENTI, 2005). Para o autor, frases do tipo “os meninos apanham as goiabas” ou “os menino (a)panha as goiaba” são reconhecidas por qualquer falante de português como frases desta língua (isto é, que não são frases do espanhol ou do inglês, etc.) (p. 69).

Travaglia (1998) conceitua Gramática Internalizada como “um conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar” (p. 28). Além disso, considera a língua um conjunto de variedades usadas por um grupo de pessoas de acordo com a situação comunicativa exigida, no contexto em que o usuário da língua está engajado (p. 28).

Nesta concepção de gramática “não há o erro linguístico, mas a ‘inadequação’ da variedade linguística utilizada em uma determinada situação de interação comunicativa, por não atendimento das normas sociais de uso da língua (...)” (TRAVAGLIA, 1998, p. 29). Não só a competência gramatical do usuário constitui este tipo de gramática, mas também a competência textual e discursiva, possibilitando, assim, sua competência comunicativa (TRAVAGLIA, 1998, p. 30).

Questionando os conceitos de Gramática como área de muitos conflitos, Irlandé (2007) nos alerta para o grande equívoco que língua e gramática são uma só coisa, o que implica num equívoco ainda maior, ou seja, a crença de que “o estudo de uma língua é o estudo de sua gramática”. Esta crença resulta em grandes prejuízos para o ensino, pois restringe enormemente as possibilidades de ampliação das competências sócio-comunicativas dos alunos, que deveria ser prioridade na escola. Para a autora, a língua é muito mais que a gramática, funcionando como “uma atividade interativa, entre dois ou mais interlocutores, que se realiza sob a forma de textos orais e escritos, veiculados em diferentes suportes, com diferentes propósitos comunicativos, e em conformidade com fatores socioculturais e contextuais” (p. 146).

Mendonça (2006), argumentando na mesma direção em relação à prioridade que ainda é dada na escola quanto ao ensino da gramática, propõe uma diferenciação entre “ensino de gramática” e “prática de análise linguística”, defendendo a análise linguística como espaço, não para a classificação ou identificação de nomenclaturas, mas para a reflexão sobre os recursos linguísticos, com vistas à abordagem dos fenômenos gramaticais, textuais e discursivos e seus efeitos de sentido nos textos. Ao adotar essa perspectiva, criam-se possibilidades para que, priorizando o texto como unidade de ensino, seja ampliada a competência discursiva dos alunos.

2 Conceitos de Normas

O conceito de norma, assim como o conceito de gramática, não é unívoco. Abordaremos agora os conceitos de “norma culta”, “norma padrão” e “norma curta” propostos por Faraco (2008). Para maior interesse dos conceitos de norma indicamos uma leitura mais detalhada do livro “Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós” de Carlos Alberto Faraco, que aborda ainda um outro conceito de norma: “norma gramatical”. Para o presente trabalho, basta-nos definir apenas as três normas a seguir.

Faraco (2008) define a expressão **norma culta** como o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Diferentemente da **norma padrão**, que é um construto sócio-histórico que é tomada como referência para estimular um processo de uniformização e uma codificação relativamente abstrata, a norma culta “é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações” (p. 75).

Bagno (2007) afirma que existe uma ideia equivocada de pensar em norma padrão como um modelo de ideal de língua, baseada (supostamente) no uso dos grandes escritores (do passado, de preferência), mas que na verdade é “um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real das regras que governam a atividade linguística por parte dos falantes de carne e osso)” (p. 50).

Se a norma culta é a variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, a norma padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas um construto histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. Enquanto a primeira é a expressão viva de certos segmentos sociais em

determinadas situações, a segunda, a norma padrão, é uma codificação abstrata, algo extraído do uso real para servir de referência (FARACO, 2008).

Pensa-se, muitas vezes, que uma simples consulta ao dicionário ou a uma boa gramática é o suficiente para aprender português. No entanto, esse pensamento traz muitos prejuízos ao falante. Acaba-se surgindo uma norma que, segundo Faraco (2008), desrespeita nossos estudos linguísticos e, infelizmente, é utilizada como referência de “boa escrita”: a **norma curta**.

Tal norma utiliza-se de “preceitos normativos saídos, em geral, de purismo exacerbado que, infelizmente, se alastrou entre nós desde o século XIX” (FARACO, 2008, p. 94). Tais preceitos são vistos como verdades absolutas pelos gramáticos puristas, sendo, muitas vezes, utilizados para justificar atitudes preconceituosas que humilham, constroem e prejudicam as pessoas.

Chamamos aqui de “norma curta”, de acordo com Faraco (2008), aquilo que tem predominado e que tem servido de referência nas nossas escolas, e tem sido reforçado por boa parte dos consultórios gramaticais da mídia, pela ação de revisores das editoras, por manuais de redação dos grandes jornais, pelos livros de “bom-português”, por cursinhos pré-vestibulares e por elaboradores de questões de concursos públicos.

3 Entrevista com os professores de Língua Portuguesa

Passamos agora à apresentação do questionário aplicado a três professores de português (Jorge, Roberta e Adriana – são nomes fictícios, para garantir o anonimato) e à análise de suas respostas, com a tentativa de refutar algumas crenças linguísticas dogmáticas imbuídas no professor.

a) A primeira questão direcionada aos professores focalizou diretamente o ensino de gramática normativa nas aulas de língua portuguesa: “O que você acha das gramáticas normativas? Elas são realmente importantes para seu trabalho? E como você trabalha com elas, professor?”. A seguir a transcrição das respostas de cada professor:

No meu ponto de vista, ela é útil. Agora... têm muitas coisas nas gramáticas que deveriam cair fora. Não é tudo que tá lá que eu acho que o aluno deve saber. Você tem que saber o essencial. Têm algumas regras que estamos ensinando e tem pais que perguntam por que estamos ensinando isso e não aquilo. **Têm algumas coisas menores que são mais significantes que certas regras.** Se explicasse o essencial estaria ótimo. Poderiam reformular a gramática e tirar esses itens mais complicados. **Eu trabalho com ela**

dentro daquilo que é exigido, né? Pelo livro didático, pelo planejamento anual... (Roberta).

Elas são importantes para a constituição e fixação da língua para que a língua não seja tão móvel a ponto de se torna irreconhecível. São importantes para o ensino da língua, para a **fixação de uma norma padrão, uma norma que seja referência para aquela língua em relação às demais**. Ela se aplica à escrita. **Não se deve tentar aplicar uma norma culta à fala**, senão você acaba cerceando a liberdade do indivíduo de se expressar. O trabalho específico da língua portuguesa seja levar para os alunos a **fixação da norma padrão**. A escola tem que ensinar essa **norma padrão que é a forma expressiva da escrita**. (Jorge)

Eu acredito que elas contribuem para que o aluno aprenda a linguagem formal. Eu utilizo ela dentro do que é pedido no nosso currículo né?, no nosso planejamento. Sempre que é pedido é utilizado e cobrado. Não tem como passar por cima. Qualquer profissional **tem que ter conhecimento da linguagem padrão, a linguagem normativa, a gramática normativa né?**. Por que é muito feio você escutar, por exemplo, um médico falando errado, um professor de português cometendo erros bárbaros de pronúncia, de escrita, né? É essencial. (Adriana)

Percebe-se, na fala da professora Roberta, a frustração de trabalhar com algo que lhe é exigido, imposto (“Eu trabalho com ela dentro daquilo que é exigido né? pelo livro didático, pelo planejamento anual...”). Por mais que tenha consciência de que “têm coisas nas gramáticas que deveriam cair fora”, ela se sente impossibilitada de ensinar aos alunos apenas o “essencial” da gramática normativa, pois o sistema impõe exigências das quais o professor não pode (ou não deveria) fugir. A professora afirma que “têm algumas coisas menores que são mais significantes que certas regras”, as quais deveriam ser ensinadas aos alunos, mas, infelizmente, há fatores que a impossibilitam de fazer isso: os pais dos alunos, os livros didáticos e o planejamento anual da disciplina. Desta maneira, não podemos negar a necessidade de “superar os limites pedagógicos próprios de um processo de transição entre diferentes paradigmas educacionais. As atuais exigências sociais impõem a revisão de paradigmas” (BATISTA, 2003, p. 42).

Já na fala do professor Jorge, percebemos unicidade do conceito de norma. O professor utiliza os termos norma padrão e norma culta como se fossem dois significantes diferentes com um mesmo significado, dois lados de uma mesma moeda, e até tenta classificá-los (“uma norma que seja referência para aquela língua em relação às demais”/ “norma padrão é a forma expressiva da escrita”). Afirma ainda que a gramática escolar deve servir para a fixação dessa norma. Conforme vimos na seção anterior deste artigo, a norma

padrão é uma codificação abstrata, extraída de formulações idealizadas para servir de referência. Sendo assim, não deveria haver uma tentativa de fazer o aluno fixar essa norma padrão; ele precisa, sim, saber que existe uma norma culta, que é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações e que precisa ser utilizada, assim como as outras variedades, para “aprimorar e desenvolver a competência comunicativa do aluno” (TRAVAGLIA, 1996, p. 17), e, ao mesmo tempo, o professor deve ter consciência de que uma de suas grandes missões “é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua” (BECHARA, 1985, p. 14).

Outro equívoco na fala do professor Jorge foi dizer que “a norma padrão é a forma expressiva da escrita”. Retomando a afirmação anterior, ela é um construto sócio-histórico, tomada como referência para estimular um processo de uniformização, isto é, a norma padrão tem por objetivo servir de parâmetro para a uniformidade na língua e também para standardizar, submeter um “modelo padrão”, único. Sendo assim, diferentemente do que propõe o professor, não é o trabalho específico das aulas de língua portuguesa “levar para os alunos a fixação da norma padrão”.

Assim como apenas a Norma Culta e as variedades elitizadas têm espaço na escola e nas aulas de português, apenas a Gramática Normativa é referência de “boa escrita”, “bom falar” e “bom comunicar”, a Gramática Descritiva não é sequer comentada em sala de aula. Percebemos isso com a fala da professora Adriana, quando ela afirma que “Qualquer profissional tem que ter conhecimento da linguagem padrão, a linguagem normativa, a gramática normativa né?. Por que é muito feio você escutar, por exemplo, um médico falando errado, um professor de português cometendo erros bárbaros de pronúncia, de escrita, né?”.

A professora Adriana propaga uma ideia que queremos exatamente negar, que nós, assim como muitos linguistas (BAGNO, 2007; BORTONI-RICARDO, 2005; POSSENTI, 2005; SCHERRE, 2008;) refutamos. Concordamos com Bagno (2003) quando ele afirma que se o domínio da norma culta significasse inteligência ou ascensão social, “os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país” (p. 69). Não precisa ser conhecedor assíduo da gramática normativa para saber que “o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa descente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto” (BAGNO, 2003, p. 70).

b) Outra pergunta feita aos professores foi esta: “O que você acha dos estrangeirismos, gerundismos e da linguagem da internet, o internetês, professor?”. Obtivemos as seguintes respostas:

Hoje em dia tudo é aceitável, mas eu digo aos alunos que isso não é correto, claro. Procuo não fazer disso o certo. **A linguagem da internet, pra mim, é toda errada.** Escrevem errado, escrevem **gírias que não dá pra entender nada.** (Roberta)

No caso dos estrangeirismos não vejo muitos problemas de uso, principalmente quando não tem um termo próprio da língua portuguesa adequado pra se utilizar. Agora, os gerundismos, normalmente converso com meus alunos a respeito disso, de **haver recursos mais expressivos dentro da língua** que possa evitar a repetição, **sonoramente não é muito agradável.** Então, o internetês seria essa linguagem: jovem, muito contaminada, digamos assim, pela oralidade, que é interessante de se expressar naquele meio, mas que, em outros lugares, **ela não vai cumprir com sua função, né?** (Jorge)

Procuo falar pros meus alunos que procurem usar a linguagem do nosso país, ao invés de usar muitos estrangeirismos. [*E a respeito dos gerundismos?*] **Eu não acho legal isso aí não. É pobre de recursos, né?** Eu sempre peço pros meus alunos tomarem muito cuidado pra não acostumarem com a linguagem da internet porque ela vicia e você, viciado naquilo, você, quando vai escrever, tem aquele vício de linguagem, e usa isso dentro do teu vocabulário escrito. E isso não é um erro que não é aceitável. (Adriana).

Para Crystal (2005) a linguagem da internet é

um novo tipo de comunicação via Internet que não é nem a linguagem escrita, nem a linguagem falada, e que subleva as regras do mundo da escrita, usando abreviaturas de palavras e recursos gráficos para vivo e falado o que está escrito na tela do computador (CRYSTAL, 2005, p. 8).

Por meio das falas das professoras Roberta e Adriana conseguimos perceber que alguns fenômenos linguísticos (sobretudo a linguagem da internet) são totalmente condenáveis pelos professores entrevistados: “A linguagem da internet, pra mim, é toda errada” (Roberta)/ “É pobre de recursos” (Adriana).

A linguagem da internet é uma realidade indiscutível e presente no vocabulário (podemos até dizer na Gramática Internalizada) de cada aluno, é um dos desafios com que o professor deve aprender a lidar no século XXI. Aos linguistas cabe a procura de maior entendimento dessa linguagem, a preocupação de assumir sua responsabilidade social para garantir os direitos linguísticos da população, a salvaguarda das variantes linguísticas muitas vezes discriminadas (CRYSTAL, 2005, p. 10).

Ao afirmar que quem usa a linguagem da internet escreve “gírias que não dá pra entender nada”, a professora Roberta esquece-se do fato de que

(...) as pessoas, quando falam ou escrevem, não têm liberdade total de inventar, cada uma a seu modo, as palavras que dizem, nem têm a liberdade irrestrita de colocá-las de qualquer lugar nem de compor, de qualquer jeito, seus enunciados. Falam, isso, sim, todas elas, conforme as regras particulares da gramática de sua própria língua. Isso porque toda língua tem sua gramática, tem seu conjunto de regras (ANTUNES, 2003, p. 85).

Na mesma linha de pensamento, Bagno (2003, p. 8) indaga: “Como chamar de erro um fenômeno que se verifica de norte a sul do país? Como milhões de falantes conseguiram ‘combinar’ para ‘errar’ todos da mesma maneira?”. Sendo assim, não só o internetês, mas também os gerundismos e estrangeirismos são construções que estão, no momento, servindo às necessidades comunicativas dos usuários do português brasileiro. A respeito do gerundismo, Schmitz (2006) atenta que:

A polêmica em torno do gerúndio e do gerundismo mostra que faltam em nós, debates respeitosos e tranquilos entre gramáticos, linguistas, professores de português (...) com respeito a uma atualização da norma padrão. Tal debate é necessário para eliminar a defasagem entre o que é apregoado com base na “Tradição” e o que é realmente usado no dia-a-dia pelos diferentes usuários do idioma (...) (p. 109).

Já com relação aos estrangeirismos, Perini (2004) contribui afirmando que:

Não há o menor sintoma de que os empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na língua portuguesa; a maioria, aliás, desaparece em pouco tempo, e os que ficam se assimilam. O português, como toda língua, precisa crescer para dar conta das novidades sociais, tecnológicas, artísticas e culturais (p. 13).

c) A seguir as respostas dos professores à pergunta: “Você acredita que a língua portuguesa está passando por uma crise?”:

Com certeza! **Uma crise, ainda, muito ruim.** A partir do momento que eu vou em cursos onde eu posso me aperfeiçoar e ouvir que eu não posso mais corrigir meus alunos porque eu posso constrangê-los... **é óbvio que está**

passando por uma crise. E vai piorar, viu! Não vai melhorar não.
(Roberta)

Talvez todas as línguas modernas estejam passando por crises. À medida que o avanço tecnológico, a comunicação oral esteja invadindo o espaço da... inclusive da escrita, e a popularização mesmo, dos recursos da escrita, isso leva, naturalmente, a uma **influência maior da oralidade, das gírias**, dos recursos, sobre a língua normativa. **(Jorge)**

Todas as linguagens elas são vivas. Não é crise, é um... é uma mudança. O que é vivo vai mudando. Não tem... não é crise de linguagem. Vai chegar uma época que vão ter vários dialetos, eu creio nisso, né?. E que, por causa da globalização, nosso idioma tem incorporação de muitos outros idiomas, como os outros também têm. **(Adriana)**

É perceptível na fala da professora Roberta sua preocupação com a língua portuguesa, com sua provável “crise”, destruição. No entanto, a maior frustração da professora está no fato de ela escutar, nos cursos de formação de professores que frequentou, que “não pode mais corrigir seus alunos porque pode constrangê-los”. Segundo Bagno (2003):

A língua não está em crise, muito pelo contrário: nunca em toda sua história o português foi tão falado, tão escrito, tão impresso e tão difundido mundo afora pelos mais diferentes meios de comunicação. E a participação do Brasil, com seus 170 milhões de falantes nativos, é de longe a mais relevante e a mais importante (p. 151).

O autor afirma ainda que a língua:

É um sistema auto-regulador, ela mesma dá conta de suas necessidades. Ela mesma acolhe o que tem de serventia e descarta o que é indispensável. (...) A língua não precisa ser “defendida”, muito menos defendida de seus próprios falantes, que são seus legítimos usuários e devem ter a liberdade de fazer dela o que bem quiserem (BAGNO apud RAJAGOPALAN, 2004, p. 24).

Da mesma forma que Roberta, o professor Jorge também acredita que as línguas estão passando por uma crise; contudo, para o professor, o “problema” está na “influência da oralidade e nas gírias”. Ora! Sempre existiram gírias, influência da oralidade na escrita (e por que não dizer vice-versa?), e toda forma de “contaminação” que podemos imaginar na história das línguas mundiais. Não podemos afirmar que houve, em algum momento na história da

humanidade, uma língua que fosse completamente homogênea, invariável, una e imutável. Isso porque onde existem línguas, existe variação. É uma tarefa quixotesca tentar regular a mudança. Todas as línguas têm variação e não são homogêneas (ALKMIM, 2008, p.33). É claro que as línguas não mudam por si só, somos nós, falantes, que agimos sobre elas e somos responsáveis por suas transformações (CALVET, 2002, p. 148).

A fala da professora Adriana (“todas as linguagens são vivas” e “o que é vivo vai mudando”) revela-nos que o professor tem, sim, consciência da mudança e heterogeneidade linguística, da necessidade de transformação e evolução da língua(gem). Contudo, quando a professora afirma que “vai chegar uma época que vão ter vários dialetos”, ela não percebe que essa época, citada por ela, já chegou(!), que esses *vários dialetos* são um fenômeno linguístico real hoje, indiscutíveis.

Considerações Finais

Não é difícil perceber, após esta breve abordagem sobre a qual sabemos ser necessária uma maior explanação, que alguns professores de português ainda têm impregnada a ideia de língua, gramática e norma como sinônimos. Pensam que a Língua Portuguesa está passando por uma crise e é dever de todos protegê-la. Os estrangeirismos, gerundismos, a linguagem da internet, entre outros fenômenos linguísticos, são tomados, assim, como “contaminações”, “anomalias gramaticais” que devem ser exterminadas. A Gramática Normativa tenta cumprir, sozinha, seu papel em sala de aula, segundo o senso comum: fazer com que os alunos “falem e escrevam bem”. Cabe à Gramática Descritiva e Internalizada o contentamento em estarem apenas em alguns poucos livros teóricos e no estudo dos sociolinguistas e cognitivistas.

A norma que o professor passa (ou pelo menos tenta passar) ao aluno acaba por se tornar uma norma abstrata. Para tanto, as aulas de português se infestam de normas curtas: manuais de “bom português”, referências de “falar bem” que acabam por transformar a língua como um objeto inalcançável ao aluno. Não estamos negando, aqui, a importância do aprendizado da Norma Culta nem afirmando uma inutilidade da Gramática Normativa, mas reconhecemos a necessidade de uma mudança de atitudes e crenças sociais, pois, percebermos, dessa forma, que o problema é muito mais social do que linguístico.

d) Indagado pela pergunta: “Qual o significado do termo ‘erro de português’ para você?”, um dos professores respondeu na entrevista: “*é uma pronúncia errada, a*

concordância dos verbos incorreta, o uso do plural inadequado. Mas nós temos que ser maleável, só não podemos aceitar os erros bárbaros”.

Na verdade, expressões como Gramática Normativa, Gramática Tradicional, Gramática Escolar, Norma Culta, Norma Padrão, Norma Gramatical, é, como assevera Bagno (2007), um “jogo ideológico que está por trás da defesa de um conjunto padronizado de regras linguísticas” (p. 191). Resta a nós, professores e estudiosos da linguagem, lutarmos para que essa concepção mude antes que nos tornemos escravos, assim como muitos alunos já o são nas aulas de língua portuguesa, de alguns termos ideológicos como esses.

Referências Bibliográficas

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: Domínios e fronteiras*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: Ensino e Interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Muito além da gramática*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: O que é, como se faz*. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *A norma oculta: Língua e poder na sociedade brasileira*. 7. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

BATISTA, Antônio A. Gomes. A avaliação dos livros didáticos: Para entender o Programa Nacional do Livro Didático. In: BATISTA, Antônio A. Gomes; ROJO, Roxane (orgs.). *Livro Didático de língua portuguesa, letramento e cultura escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

BECHARA, Evanildo. *Ensino de Gramática: Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1985.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística e Educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: Uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CRYSTAL, David. *A Revolução da Linguagem*. Trad. Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: Desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto.

In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de leitura do Brasil, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, Análise de gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

PERINI, Mario A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a linguística que nos deixou na mão. In: SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.) *A linguística que nos faz falhar: Investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

ROCHA, Luiz Carlos de A. *Gramática: nunca mais: O ensino da língua padrão sem o estudo da gramática*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação linguística, mídia e preconceito*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

SCHIMITZ, John Robert. Sobre o gerúndio e o “gerundismo”: Uma análise de um assunto emotivo e polêmico. *Confluência: Revista do Instituto da Língua Portuguesa*. N. 31, sem. 1. Rio de Janeiro, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: Uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Artigo recebido em junho de 2012.

Aceito em setembro de 2012.